



RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL

Processo : TC-004847.989.18

Entidade : Câmara Municipal de Magda

Assunto : Contas Anuais

Exercício : 2018

Presidente : Célia Martins Tardioli

CPF nº : 106.754.818-13

Período : 01.01.2018 a 31.12.2018

Relator : Conselheiro Robson Marinho

Instrução : UR-01 / DSF- II

Senhora Diretora da Unidade Regional de Araçatuba – UR-01,

Trata-se das contas apresentadas em face do art. 2º, III, da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo).

O resultado da fiscalização *in loco* apresenta-se neste Relatório, sendo isso antecedido por planejamento que indicou a necessária extensão dos exames.

Para tanto, baseou-se a Fiscalização nas seguintes fontes documentais:

1. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhada pela Chefia do Poder Legislativo;



2. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audeps, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;

3. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;

4. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste Tribunal de Contas do Estado.

Em atendimento ao TC-A-30973/026/00, registramos a notificação da Sra. Célia Martins Tardioli, responsável pelas contas em exame, e do Sr. Natan Pereira de Araújo, atual responsável pelo Órgão fiscalizado (documento 01). Segue juntado também o Relatório de Atividades do exercício (documento 02).

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Verificação	
A Câmara realizou audiências para debater os três planos orçamentários? (<i>Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 [Lei de Responsabilidade Fiscal], art. 48º, § 1º, inciso I</i>)	Sim

A.2. CONTROLE INTERNO

Verificações		
1	O Sistema de Controle Interno foi regulamentado? (<i>Constituição Federal, art. 31</i>)	Sim
2	O Responsável pelo Controle Interno ocupa cargo efetivo na Administração Municipal?	Sim
3	O Controle Interno, quanto às suas funções institucionais, apresenta relatórios periódicos? (<i>Constituição Federal, art. 74</i>)	Sim
4	Com base no relatório do Controle Interno, o Presidente da Câmara determinou as providências cabíveis?	Sim

O Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo de Magda foi regulamentado pela Resolução nº 99, de 11 de dezembro de 2013.



Pela Portaria nº 04/11, foi nomeado como responsável pelo Controle Interno o servidor Márcio Leandro Teixeira, ocupante do cargo efetivo de Analista de Planejamento Financeiro, elaborando relatórios de análises quadrimestrais, sendo que, no primeiro quadrimestre de 2018, não constatou irregularidades nas atividades da Câmara Municipal. As observações lançadas nos demais relatórios quadrimestrais (documentos 03 e 04) foram encaminhadas à Presidente do Legislativo e consideradas na tomada de decisões.

A.3. FISCALIZAÇÃO ORDENADA

Não foram realizadas Fiscalizações Ordenadas no exercício de 2018 no Órgão.

PERSPECTIVA B: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

B.1. ASPECTOS FINANCEIROS

B.1.1. HISTÓRICO DOS REPASSES FINANCEIROS RECEBIDOS

Ano	Previsão Final	Repassados (Bruto)	Resultado	%	Devolução
2014	860.400,00	860.400,00	-		44.520,91
2015	987.632,07	987.632,07	-		87.459,31
2016	999.000,00	999.000,00	-		50.000,00
2017	1.106.400,00	1.106.400,00	-		52.238,06
2018	1.183.500,00	1.159.102,00	(24.398,00)	-2,06%	109.760,00
2019	1.266.000,00				

B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	-	-	
Econômico	(9.537,18)	626,69	-1621,83%
Patrimonial	618.514,71	628.051,89	-1,52%

Peças contábeis – documento 05



B.2. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

B.2.1. DESPESA DE PESSOAL

Período	Dez 2017	Abr 2018	Ago 2018	Dez 2018
% Permitido Legal	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Gasto Informado - A	931.559,15	923.842,69	929.406,35	949.891,61
Inclusões da Fiscalização - B				
Exclusões da Fiscalização - C				
Gastos Ajustados - D		923.842,69	929.406,35	949.891,61
Receita Corrente Líquida - E	18.149.067,75	16.926.309,59	17.392.709,39	17.688.826,83
Inclusões da Fiscalização - F				
Exclusões da Fiscalização - G				
Receita Corrente Líquida Ajustada - H		16.926.309,59	17.392.709,39	17.688.826,83
% Gasto Informado A/E	5,13%	5,46%	5,34%	5,37%
% Gasto Ajustado - D/H		5,46%	5,34%	5,37%

Diante dos elementos apurados, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal, porém ultrapassou aquele previsto no art. 22, parágrafo único, da Lei supracitada, no primeiro quadrimestre do exercício fiscalizado.

Com base no art. 59, § 1º, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Legislativo Municipal foi alertado tempestivamente, por uma vez (abril/2018), quanto à superação de 90% do específico limite da despesa laboral.

B.3. LIMITES FINANCEIROS CONSTITUCIONAIS

B.3.1. LIMITE À DESPESA LEGISLATIVA

População do Município	3.136	
Receita Tributária Ampliada do exercício anterior	16.578.319,62	
Percentual máximo permitido	7,00%	
Valor permitido para repasses	1.160.482,37	
Total de despesas do exercício	1.049.342,00	6,33%

* População do Município obtida no IEG-M/2018



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE ARAÇATUBA – UR - 01



Verificação	
Houve atendimento ao limite previsto no art. 29-A da Constituição Federal?	Sim

B.3.2. LIMITE CONSTITUCIONAL PARA GASTO COM FOLHA DE PAGAMENTO (EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 25, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2000)

Transferência total da Prefeitura	1.159.102,00
Inativos pagos com orçamento do Legislativo	-
Transferência líquida	1.159.102,00
Despesa total com folha de pagamento	807.684,91
Inativos pagos com orçamento do Legislativo	
Despesa com folha de pagamento	807.684,91
Despesa com folha ÷ Transferência líquida	69,68%
Percentual máximo	70,00%

Verificação	
Houve atendimento ao limite constitucional para gasto com folha de pagamento (Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000)?	Sim

B.3.3. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

CARGOS	VEREADORES	PRESIDENTE
Valor do subsídio vigente para a Legislatura 2017-2020	R\$ 1.900,00	R\$ 3.800,00
(+) 0,00% = RGA 2017 – Não houve revisão em 2017.	R\$ 1.900,00	R\$ 3.800,00
(+) 2,85% = RGA 2018 em 01/02/2018 – Lei Complementar Municipal nº 87, de 02 de março de 2018.	R\$ 1.954,15	R\$ 3.908,30

Os subsídios dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal foram fixados pela Resolução n.º 101, de 04/04/2016 (<https://www.camaramagda.sp.gov.br/resolucao-101-2015/>).

No exercício de 2017, não houve a Revisão Geral Anual dos subsídios. No exercício de 2018, os subsídios foram revisados no percentual de 2,85%, em conformidade com o índice INPC/IBGE de fev/17 a jan/18, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 87 de 02 de março de 2018 (<https://www.camaramagda.sp.gov.br/lei-complementar-87-2018/>), mesmo percentual concedido aos servidores do Poder Legislativo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE ARAÇATUBA – UR - 01



Verificações		
1	A revisão remuneratória se compatibiliza com a inflação dos 12 meses anteriores?	Sim
2	A RGA se deu no mesmo índice e na mesma data dos servidores do Legislativo?	Sim
3	Foram apresentadas as declarações de bens nos termos da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992?	Sim
4	Houve eventuais situações de acúmulos de cargos/funções dos agentes políticos?	Não

B.3.3.1. LIMITAÇÃO COM BASE NOS SUBSÍDIOS DO DEPUTADO ESTADUAL (ART. 29, VI, CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

B.3.3.1.1. VEREADORES

População do Município	3.136	%	Valor Limite	
Subsídio Deputado Estadual	25.322,25	20,00%	5.064,45	
Diferença individual				
Subsídio do Vereador	1.900,00	7,50%	3.164,45	A menor
Número de Vereadores	8			
Número de meses	1			
Subsídios dos Vereadores	15.200,00			
Valor máximo p/ Vereadores	40.515,60			
Diferença total	25.315,60	A menor		

Mês de janeiro/2018

População do Município	3.136	%	Valor Limite	
Subsídio Deputado Estadual	25.322,25	20,00%	5.064,45	
Diferença individual				
Subsídio do Vereador	1.954,15	7,72%	3.110,30	A menor
Número de Vereadores	8			
Número de meses	11			
Subsídios dos Vereadores	171.965,20			
Valor máximo p/ Vereadores	445.671,60			
Diferença total	273.706,40	A menor		

Meses de fevereiro a dezembro de 2018



B.3.3.1.2. PRESIDENTE DA CÂMARA

População do Município	3.136	%	Valor Limite	
Subsídio Deputado Estadual	25.322,25	20,00%	5.064,45	
Diferença individual				
Subsídio do Presidente	3.800,00	15,01%	1.264,45	A menor
Número de meses	1			
Subsídio anual do Presidente	3.800,00			
Valor máximo p/ Presidente	5.064,45			
Diferença total	1.264,45	A menor		

Mês de janeiro/2018

População do Município	3.136	%	Valor Limite	
Subsídio Deputado Estadual	25.322,25	20,00%	5.064,45	
Diferença individual				
Subsídio do Presidente	3.908,30	15,43%	1.156,15	A menor
Número de meses	11			
Subsídio anual do Presidente	42.991,30			
Valor máximo p/ Presidente	55.708,95			
Diferença total	12.717,65	A menor		

Meses de fevereiro a dezembro de 2018

B.3.3.2. LIMITAÇÃO COM BASE EM 5% DA RECEITA DO MUNICÍPIO (ART. 29, VII, CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

	Valor	Limite: 5,00%
Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior	16.578.319,62	828.915,98
Despesa total com remuneração dos Vereadores	233.006,50	1,41%
Pagamento correto, abaixo do limite definido		

* Diferença refere-se ao desconto de R\$ 950,00 do subsídio do vereador José Artur Alegria ocorrido no mês de janeiro/2018.



B.3.3.3. LIMITAÇÃO COM BASE NO SUBSÍDIO DO PREFEITO (ART. 37, XI, CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

Subsídio anual fixado para o Prefeito	166.619,28	Pagamento:	
Subsídio anual pago p/ Presidente da Câmara	46.791,30		Correto
Subsídio anual pago para cada Vereador	23.395,65		Correto

B.3.3.4. PAGAMENTOS

B.3.3.4.1. VEREADORES

Verificações		
1	Pagamento de Verbas de Gabinete	Não
2	Pagamento de Ajudas de Custo	Não
3	Pagamento de Auxílios	Não
4	Pagamento de Encargos de Gabinete	Não
5	Pagamento de Sessões Extraordinárias	Não

Conforme nossos cálculos, não foram constatados pagamentos maiores que os fixados.

Não há acordos de parcelamentos relativos a quantias recebidas indevidamente pelos agentes políticos em exercícios anteriores.

B.3.3.4.2. PRESIDENTE DA CÂMARA

Conforme nossos cálculos, não foram constatados pagamentos maiores que os fixados.



B.4. OUTRAS DESPESAS

B.4.1. ENCARGOS

Os recolhimentos apresentaram a seguinte posição:

Verificações		Guias apresentadas
1	INSS:	Sim
2	FGTS:	Prejudicado (Regime Estatutário)
3	RPPS:	Sim

Destacamos que o Regime Próprio de Previdência - RPPS é administrado pelo Instituto de Previdência Municipal de Magda, cujas contas estão abrigadas no TC-002568.989.18.

B.4.2. DEMAIS DESPESAS ELEGÍVEIS PARA ANÁLISE

Na amostra, o exame documental mostrou regularidade de instrução formal.

B.4.2.1. REGIME DE ADIANTAMENTO

Na amostra, não vislumbramos falhas no uso do regime de adiantamento.

B.4.2.2. GASTOS COM COMBUSTÍVEL

No exercício em exame, não houve gasto com combustível.



B.5. TESOURARIA, ALMOXARIFADO E BENS PATRIMONIAIS

No planejamento da fiscalização, não vimos materialidade que ensejasse o exame *in loco* dos itens Tesouraria, Almojarifado e Bens Patrimoniais.

PERSPECTIVA C: EXECUÇÃO FÍSICA DOS SERVIÇOS/OBRAS PÚBLICAS

C.1. FORMALIZAÇÃO DAS LICITAÇÕES, INEXIGIBILIDADES E DISPENSAS

Conforme dados encaminhados ao Sistema Audesp, assim se compôs a despesa da Câmara:

Modalidade	Valores - R\$	Percentual
Concorrência	-	0,00%
Tomada de Preços	-	0,00%
Convite	-	0,00%
Pregão	24.044,84	26,35%
Concurso	-	0,00%
BEC - Bolsa Eletrônica de Compras	-	0,00%
Dispensa de licitação	67.221,64	73,65%
Inexigibilidade	-	0,00%
Outros / Não aplicável	-	0,00%
Total geral	91.266,48	100,00%

C.1.1. FALHAS DE INSTRUÇÃO

Na amostra, não verificamos falhas de instrução envolvendo os procedimentos licitatórios, bem como os de dispensa de licitação.



C.2. CONTRATOS

C.2.1. CONTRATOS ENVIADOS AO TRIBUNAL

No exercício em exame, não foram selecionados/enviados contratos ao Tribunal.

C.2.2. CONTRATOS EXAMINADOS *IN LOCO*

Sob amostragem, analisamos os três contratos celebrados no exercício em exame não identificando irregularidades de instrução.

C.2.3. EXECUÇÃO CONTRATUAL

Das avenças em execução, verificamos as que seguem:

1	Contrato nº:		01/2018
	Data:		02/01/2018
	Contratada:		Luiz Carlos Aguiar Guimarães-ME.
	Valor:		R\$ 7.200,00
	Fonte de recursos	Municipal	R\$ 7.200,00
		Estadual	-
		Federal	-
	Objeto:		Prestação de serviços técnicos especializados para a migração, customização e reestruturação do novo site da Câmara, bem como disponibilização, manutenção e suporte técnico remoto em plataforma WEB para gestão do processo legislativo, incluindo sua hospedagem.
Execução/Prazo:		Até 20 de janeiro de 2018 (Cláusula Segunda).	
Licitação:		Dispensa de Licitação	

Contrato - documento 06.

2	Contrato nº:		03/2018
	Data:		07/03/2018
	Contratada:		Seta Consultoria e Serviços S/S Ltda-ME.
	Valor:		R\$ 6.800,00
	Fonte de recursos	Municipal	R\$ 6.800,00
		Estadual	-
		Federal	-
	Objeto:		Prestação de serviços técnicos para a elaboração e aplicação de todas as etapas do concurso público para provimento do cargo Procurador Jurídico em conformidade com o quadro de servidores do Legislativo.
Execução/Prazo:		90 dias da data da assinatura do contrato	
Licitação:		Dispensa de Licitação	

Contrato - documento 07.



Tendo por base as cláusulas pactuadas não constatamos irregularidade na execução contratual.

PERSPECTIVA D: TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS E DEMAIS ASPECTOS

D.1. CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS

Verificações		
1	A Câmara criou o Serviço de Informação ao Cidadão? (<i>Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, art. 1º, parágrafo único, I, c.c. art. 9º</i>)	Sim
2	Publicação dos valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos (<i>Constituição Federal, art. 39, § 6º</i>)	Sim
3	Contas disponíveis à população, ao longo do exercício – (<i>Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 49</i>)	Sim
4	Publicação ou divulgação do Relatório de Gestão Fiscal (<i>Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 55, § 2º, e art. 63, II, “b”</i>)	Sim

D.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Nos trabalhos da fiscalização não foram encontradas divergências entre os dados da Origem e os prestados ao Sistema Audesp.

D.3. PESSOAL

D.3.1. QUADRO DE PESSOAL

Eis o quadro de pessoal existente no final do exercício (documento 08):



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE ARAÇATUBA – UR - 01



Natureza do cargo/emprego	Quant. Total de Vagas		Vagas Providas		Vagas Não Providas	
	Exerc. anterior	Exerc. em exame	Exerc. anterior	Exerc. em exame	Exerc. anterior	Exerc. em exame
Efetivos	5	5	4	5	1	
Em comissão	1		1			
Total	6	5	5	5	1	
Temporários	Exerc. anterior		Exerc. em exame		Em 31.12 do	Exerc. em exame
Nº de contratados						

A título de informação, consignamos a admissão, no exercício em exame, do cargo efetivo de Procurador Jurídico, criado através da Lei Complementar nº 84, de 16/11/2017, assunto tratado no TC-008205.989.19.

No exercício examinado, não foram nomeados servidores para cargos em comissão.

D.4. DENÚNCIAS / REPRESENTAÇÕES / EXPEDIENTES

Não chegou ao nosso conhecimento a formalização de denúncias, representações ou expedientes.

Verificamos a instauração da Comissão Processante – Processo nº 74/2018 – Denúncia por Infrações Político-Administrativas (documento 09), apresentada pelo munícipe Florisvaldo Pereira da Silva em face da Prefeita Municipal do Município de Magda, procedimento este que culminou com a cassação do mandato da Prefeita Viviane Aparecida Caselli Vital, tendo ocorrido a posse do Vice-Prefeito, Robinson Cassio Dourado, no cargo de Prefeito, em 07 de novembro de 2018 (Decreto Legislativo nº 43/2018).

Dentre os fatos que originaram a cassação do mandato constam os diversos apontamentos do relatório de acompanhamento do primeiro quadrimestre de 2018 da Prefeitura Municipal (TC-004192.989.18 - evento 35.95), que consignou as seguintes irregularidades: transferências bancárias



sem motivação, pagamentos em duplicidade, pagamento de despesa sem prévio empenho, cheque emitido sem movimentação, nepotismo, desconto em folha de pagamento dos servidores em valores superiores a 30% dos vencimentos, despesas com curso e consultoria a quem não consta no quadro da empresa contratada e despesa com pessoal além do limite legal.

Medidas judiciais foram interpostas para que a Prefeita retornasse ao cargo, porém até a presente data nenhuma delas obteve êxito, assunto abordado nas contas do Executivo Municipal (TC-004192.989.18).

D.5. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

No decorrer do exercício em análise, constatamos o atendimento da Lei Orgânica e das Instruções deste Tribunal.

No que se refere às recomendações desta Corte, haja vista os dois últimos exercícios apreciados, verificamos que, no exercício em exame, a Câmara não descumpriu as recomendações deste Tribunal.

D.5.1. JULGAMENTO DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Exercício	Processo	Julgamento
2017	005802.989.16	Regulares com ressalvas
2016	004612.989.16	Regular com ressalva
2015	000673/026/15	Regulares com recomendação

D.5.2. JULGAMENTO DAS CONTAS DO PODER EXECUTIVO

Exercício	Processo	Parecer	Resultado do Julgamento
2016	003957.989.16	Favorável	Prejudicado (As contas foram entregues à Câmara em 09/04/2019)
2015	002196/026/15	Favorável	Contas Aprovadas
2014	000104/026/14	Favorável	Contas Aprovadas



PERSPECTIVA E: RESTRIÇÕES DE ÚLTIMO ANO DE MANDATO

E.1. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

E.1.1. COBERTURA MONETÁRIA PARA DESPESAS EMPENHADAS E LIQUIDADAS NOS DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES

Verificamos o devido atendimento do artigo 42 da LRF, vez que inexistiam valores inscritos em Restos a Pagar em 31.12.2018.

E.1.2. DESPESA DE PESSOAL NOS ÚLTIMOS 180 (CENTO E OITENTA) DIAS DO MANDATO.

Despesas de Pessoal nos últimos 180 dias do mandato no exercício de:				2018
Mês	Despesas de Pessoal	Receita Corrente Líquida	%	Parâmetro
06	945.084,46	17.365.873,45	5,4422%	5,4422%
07	937.021,93	17.661.449,49	5,3055%	
08	929.406,35	17.392.709,39	5,3437%	
09	929.048,71	17.444.317,32	5,3258%	
10	935.659,12	17.489.546,08	5,3498%	
11	943.445,93	17.502.219,62	5,3904%	
12	949.891,61	17.688.826,83	5,3700%	
Diminuição das despesas nos últimos 180 dias do mandato em:				0,07%

Conforme apurado no quadro anterior (última linha) não houve aumento da taxa da despesa de pessoal, restando por isso atendido o art. 21, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal.

SÍNTESE DO APURADO

ITENS	
Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	5,37 %
Atendido o limite constitucional da despesa total?	SIM
Percentual do limite constitucional para a folha de pagamento	69,68 %
Atendido o limite constitucional remuneratório do Vereador?	SIM
Atendido o limite constitucional remuneratório do Presidente?	SIM
Despesa Total com remuneração dos vereadores	1,41 %
Pagamento de Verba de Gabinete ou assemelhada?	NÃO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE ARAÇATUBA – UR - 01



ITENS	
Pagamento de Sessões Extraordinárias?	NÃO
Recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS?	SIM
Recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS?	SIM
Atendido o art. 42, da Lei de Responsabilidade Fiscal?	SIM
Atendido o art. 21, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal?	SIM

CONCLUSÃO

Observada a instrução processual aplicável ao julgamento aludido no art. 33 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a Fiscalização, na conclusão de seus trabalhos não verificou apontamentos dignos de nota.

À consideração de Vossa Senhoria.

Seção 1.4-UR-01-Araçatuba, em 17 de junho de 2019.

Cláudio Roberto Leal

Chefe Técnico da Fiscalização